

# Superior Tribunal de Justiça

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.823.722 - MS (2019/0190949-4)**

**RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**  
**RECORRENTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**RECORRIDO : MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE**  
**PROCURADOR : VIVIANI MORO - MS007198**  
**INTERES. : VALDEMAR RODRIGUES DOS SANTOS**  
**ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

## EMENTA

**ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO. HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS. APRECIÇÃO EQUITATIVA. CAUSA DE VALOR INESTIMÁVEL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO DOS DISPOSITIVOS TIDOS POR VIOLADOS. SÚMULA 282/STF. FUNDAMENTO AUTÔNOMO NÃO IMPUGNADO. SÚMULA 283/STF. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.**

## DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto com fundamento no artigo 105, III, "a", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, assim ementado (fl. 129):

**E M E N T A – RECURSO DE APELAÇÃO – FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO – VALOR DOS HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS MANTIDO.**

O valor dos honorários sucumbenciais deve ser arbitrado em quantia condizente com o serviço desempenhado, o tempo exigido para o serviço, a natureza e a importância da demanda e o grau de zelo do profissional, requisitos estes elencados nos incisos do § 2º do art. 85 do CPC. Valor mantido.

Recurso não provido.

A recorrente alega violação do artigo 85, § 2º, § 3º e § 4º do CPC/2015, ao argumento de que o momento processual adequado para fixação dos honorários é posterior à liquidação e que, havendo regra específica e objetiva em causas que envolvem a Fazenda Pública, não há margem para apreciação equitativa pelo magistrado.

Com contrarrazões às fls. 152/156.

Juízo positivo de admissibilidade às fls. 158/163.

É o relatório. Passo a decidir.

Verifica-se que, a despeito de haver no acórdão recorrido manifestação expressa a respeito da aplicação do artigo 85 do CPC/2015, não houve juízo de valor a respeito do § 3º e do § 4º, vinculados às teses de regra fixa para a Fazenda Pública e momento processual adequado para a fixação de honorários, tampouco foram opostos embargos de declaração como intuito de oportunizar apreciação das citadas teses e dispositivos pela Corte de origem.

Tal situação acarreta o não conhecimento do recurso especial pela falta de

# Superior Tribunal de Justiça

cumprimento ao requisito do prequestionamento. Aplica-se ao caso a Súmula 282/STF.

Ademais, a recorrente, ao indicar ofensa ao artigo 85, § 2º, § 3º e § 4º e direcionar a sua tese no sentido de impossibilidade de apreciação equitativa, deixou de impugnar o fundamento do acórdão recorrido segundo o qual aplica-se o § 8º do citado dispositivo por se tratar de causa com valor inestimável, *verbis* (fls. 130/131):

A demanda se trata de dever de fazer consistente em fornecimento de tratamento de saúde mediante a disponibilização de medicamento. Nesse contexto, o art.

85, § 8º do CPC prevê a fixação do valor dos honorários por apreciação equitativa, observando o disposto nos incisos do § 2º, nas causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico ou, ainda, quando o valor da causa for muito baixo.

Por se tratar de demanda objetivando o direito indisponível à saúde, a hipótese se enquadra em causa de valor inestimável, sendo possível o critério de equidade na fixação da verba honorária.

A referida fundamentação, por si só, mantém o resultado do julgamento ocorrido na Corte de origem e torna inadmissível o recurso que não a impugnou. Incide à hipótese a Súmula 283/STF.

Ante o exposto, **não conheço** do recurso especial.

Caso tenham sido fixados honorários sucumbenciais anteriormente pelas instâncias ordinárias na vigência do CPC/2015, majoro em 10% os honorários advocatícios, observados os limites e parâmetros dos §§ 2º, 3º e 11 do artigo 85 do CPC/2015 e eventual Gratuidade da Justiça (§ 3º do artigo 98 do CPC/2015).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES

Relator